

## SIGNIFICADOS DA CHEGADA DO PT À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: REFLEXÕES INICIAIS

*Maria do Socorro Sousa Braga\**  
*Bruno Pasquarelli \*\**

### **I. Introdução**

Em 2002, a eleição do candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República marcou indelevelmente a história política do Brasil. Afinal, pela primeira vez no contexto republicano nacional um partido de esquerda, com uma liderança oriunda de segmento popular, alcançou o cargo mais importante e cobiçado do sistema político brasileiro. Entretanto, é sabido que a vitória do PT para o Executivo, no segundo turno daquele pleito, não lhe garantiu uma maioria no Congresso Nacional, tendo que compor maiorias amplas e heterogêneas para garantir maior grau de governabilidade. Também teve que ampliar o leque de partidos em sua coligação eleitoral, levando para o governo federal representantes de setores de amplo espectro político ideológico e perfil social. E seu bom desempenho ao longo daquele primeiro mandato, lhe garantiria a reeleição no pleito de 2006, agregando mais partidos classificados como de direita ao seu campo de ação nas arenas governativas.

Contudo, apesar da composição de forças ainda mais heterogêneas, vislumbrou-se a implementação de políticas sociais e de política externa mais de acordo com o ideário da esquerda no

---

\* Professora do departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos.

\*\* Doutorando em Ciência Política na Universidade Federal de São Carlos.

que diz respeito, particularmente, às políticas de redistribuição e às relações comerciais e políticas com os países do Sul do globo, exercendo papel de liderança na América Latina. A partir dessas evidências, a questão que motiva este artigo é refletir e indicar alguns significados da vitória do PT tanto para a dinâmica do sistema partidário nacional quanto para a circulação das elites políticas e alternância do poder na democracia brasileira.

Mais especificamente, o objetivo primordial deste trabalho é discutir o que representou a chegada do PT e de Luis Inácio Lula da Silva ao Governo Federal no que diz respeito a dois aspectos: a) ao padrão de estruturação do sistema partidário; e à b) mudança no padrão histórico da circulação das elites políticas no Brasil.

---

## **II. A atuação do PT na Estruturação do sistema partidário brasileiro**

Um dos elementos que diferencia a experiência democrática competitiva atual da ocorrida em 1946 é a existência de estrutura partidária conformada por amplo espectro ideológico. Naquele período, como é sabido, o Partido Comunista esteve na ilegalidade na maior parte de sua existência, justamente porque a legislação partidária da época proibia a formação e funcionamento de partidos que defendessem os princípios marxistas-leninistas<sup>1</sup>. Os PCs só voltariam à legalidade plena com o restabelecimento da liberdade de organização partidária pela Emenda Constitucional n. 25 de maio de 1985.

Outro aspecto que distancia esses dois períodos republicanos está relacionado com o direito ao voto, antes limitado à determinando setores econômicos e sociais e, após a segunda metade da década de 1980, o Brasil experimentaria sua última

---

<sup>1</sup> O PCB atuou legalmente apenas entre 1945 e 1947. Contudo, muitos comunistas atuaram na vida político-eleitoral elegendo-se como representantes por outras legendas.

onda de expansão da cidadania política, tendo o eleitorado brasileiro passado a ser composto por 71% da população do país<sup>2</sup>. Em 2010, última eleição geral ocorrida até o período analisado, mais de 135 milhões de brasileiros estavam aptos a votar.

Esse contexto de amplas liberdades políticas da sociedade brasileira começou a vigorar após fins dos anos 80. Contudo, o atual sistema partidário iniciou sua trajetória em pleno processo de transição democrática com a Reforma Partidária imposta pelos militares em 1979. Como é sabido, na disputa política pelos cargos eletivos estaduais de 1982, que inauguraria o retorno do pluripartidarismo, cinco partidos participaram daquele pleito: PDS, PMDB, PTB, PDT e PT (Nicolau, 1996; Braga, 2006). Desde então, o PT buscou trilhar uma trajetória marcada por estratégias de atuação e posicionamentos que o levasse a conquistar o espaço da esquerda no espectro político ideológico do novo sistema democrático que estava começando a se reorganizar.

Nesse sentido, cabe chamar atenção para quatro aspectos relacionados à origem e à trajetória do PT que contribuíram para este partido estruturar o sistema partidário brasileiro, tornando-se um ator político relevante no cenário nacional, cuja maior expressão de todo esse seu desempenho foi a sua vitória para a Presidência da República em 2002.

Primeiro, o PT foi criado por um conjunto bastante singular de setores sociais unidos por um ideário de esquerda, que o conduziu a se posicionar como um partido socialista: sindicalistas do movimento sindical independente, setores

---

<sup>2</sup> Do ponto de vista da extensão da cidadania política, foi nos anos 1980 que o sufrágio se universalizou de fato no Brasil, com a ampliação do direito de voto aos analfabetos (1985). A Constituição de 1988 rebaixou a idade mínima para o voto de 18 para 16 anos. Hoje, são obrigados a votar todos os brasileiros alfabetizados que possuam entre 18 e 70 anos. O voto é facultativo para os brasileiros analfabetos, maiores de 16 e menores de 18 anos e para os que têm mais de 70 anos. O aproveitamento da ampliação dessa participação do eleitorado alargou-se a partir das eleições de 2000 quando a urna eletrônica passou a ser usada em todo território nacional, facilitando o ato de votar.

progressistas da Igreja Católica vinculados às Comunidades Eclesiais de Base e parcela significativa da esquerda brasileira ligada ao meio intelectual e ao movimento estudantil, além de organizações ou partidos clandestinos de tendência comunista ou trotskista (Meneguello, 1989; Keck, 1991). Essa marca de origem e o forte vínculo com os movimentos sociais impactaram a prática política do PT, redundando em um partido de perfil ideológico mais nítido que os demais partidos brasileiros.

Segundo, como afirma Meneguello (1989:41) a organização do PT baseou-se no princípio da “democracia participativa” e para isso o partido introduziu elementos que possibilitasse “uma ligação mais estreita com suas organizações de base, dando maior ênfase às lutas sociais e menor importância, comparado aos outros partidos, à luta eleitoral-parlamentar”. Essa postura do PT foi evidenciada na fase inicial, quando o principal fator motivacional e aglutinador de ethos tão distintos num mesmo partido político era a luta pelo fim do regime militar. Mas a partir desses vínculos sociais o PT foi construindo ampla estrutura organizacional, partindo inicialmente das capitais para abarcar extensa base territorial à medida que foi se institucionalizando. Processo que o levou a visar, sobretudo, a conquista, por meio do voto, de espaços de poder e influência Política.

Terceiro, a atuação de seus representantes eleitos, os posicionamentos isolados em momentos políticos cruciais ao longo do processo de redemocratização e a participação em todas as eleições presidenciais foram ações fundamentais para elevar o PT à condição de ator político relevante no cenário nacional. No que diz respeito aos posicionamentos do partido cabe destacar sua decisão contra o colégio eleitoral que acabou elegendo indiretamente o primeiro presidente civil da chamada Nova República, governada pelo PMDB e o PFL, bem como na recusa em subscrever a Constituição promulgada em 1988, além do voto contrário ao aumento do mandato do presidente José Sarney para cinco anos.

Já no que se refere às disputas presidenciais, o PT, desde o início, desenvolveu estratégia voltada para a conquista da

Presidência da República, o que foi fundamental para alcançar paulatinamente densidade eleitoral nacional desde 1989, quando Lula da Silva chegou ao segundo turno. Embora tenha perdido para Collor de Mello, o candidato petista obteve 31 milhões de votos. Nas eleições de 1994 novamente a disputa principal ficou entre o candidato petista, Lula da Silva, mas com o candidato do PSDB, o então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. Cardoso venceu aquele pleito ainda no primeiro turno, na esteira do sucesso do plano de estabilização do Plano Real.

A partir dessas eleições gerais, a dinâmica do sistema partidário brasileiro passou a ser polarizada em torno de duas grandes coligações de partidos: uma de centro-direita, liderada pelo PSDB, e tendo como principal parceiro o PFL/DEM<sup>3</sup>, e outra, controlada pelo PT, cujos aliados permanentes foram o PSB e o PC do B. Esses dois blocos estiveram em lados opostos desde então nas disputas nacionais. E tal dinâmica político-eleitoral vem sustentando a luta política entre o PT e o PSDB, principais partidos articuladores das coalizões governamentais desde 1994, estabilizando-se, portanto, um sistema bipartidário ao nível da disputa nacional.

Nas eleições de 1998, quando Fernando Henrique Cardoso foi reeleito ainda no primeiro turno<sup>4</sup>, com 53,1% dos votos válidos,

---

<sup>3</sup> Devido às perdas constantes de apoio eleitoral a partir de sua saída do governo federal em 2002, o PFL agiu das seguintes formas: mudou seu nome para Democratas em 2006, buscou renovar sua plataforma política e colocou nos principais cargos de controle da máquina partidária os filhos e netos dos velhos líderes políticos.

<sup>4</sup> Dois mecanismos institucionais relacionados à dinâmica do processo representativo instituídos nos anos 1990 exerceram influência sobre a competição política. O primeiro foi o dispositivo da reeleição, por meio do qual, depois de 1997, todos os políticos eleitos para cargos executivos passaram a ter o direito de se candidatar para mais um mandato de quatro anos, beneficiando a coalizão de centro-direita. O segundo foi a homologação da política de cotas por gênero a partir de 1998, estabelecendo que os partidos devem reservar um mínimo de 25% e um máximo de 75% das vagas nas listas partidárias para as mulheres.

contra 31,7% dos votos de Lula da Silva. No pleito de 2002, quando a coligação de esquerda, liderada por Lula, venceu aquele pleito no segundo turno com 62,3% dos votos, contra o candidato José Serra da coligação de centro-direita. Em 2006, quando Lula foi reeleito no segundo turno com quase 62% dos votos válidos, contra Geraldo Alkmin do PSDB. E, finalmente, nas eleições de 2010 quando a coligação de esquerda conseguiu permanecer no poder, elegendo a candidata petista Dilma Rousseff, com 56% dos votos nacionais.

Essas duas coalizões políticas também vêm controlando as bancadas governistas e da oposição no Congresso Nacional até o presente momento. As outras forças partidárias relevantes, como PMDB, PTB, PR (ex PL) e PP (ex PDS), aderiram nesse período analisado, na maior parte das vezes, aos governos, tanto do PT como do PSDB.

O quarto fator está relacionado com as estratégias coligacionistas do PT com os partidos mais próximos ideologicamente: PSB, PCdoB, e mais esporadicamente, o PDT. Esse foi outro comportamento do partido que contribuiu para revelar para lideranças dos outros partidos bem como para o eleitorado mais próximo de seu campo de influência, suas práticas políticas coerentes com seus princípios fundacionais em sua fase inicial.

Todavia, quanto mais o partido foi aumentando seu apoio eleitoral no território nacional e as chances de vencer as eleições presidenciais, após as eleições de 1994, mais a tendência majoritária, representada naquele período pela Articulação, passou a defender uma política de alianças menos restritiva em torno da candidatura de Lula da Silva. O ápice dessa política culminou com a eleição do candidato petista em 2002 para a Presidência, quando o PT se coligou com partidos de direita e de centro do espectro político ideológico.

Outro movimento nesse sentido veio com as transformações programáticas do PT, culminando com a divulgação da Carta ao Povo Brasileiro durante a campanha presidencial de 2002.

De acordo com Meneguello & Amaral (2008:8) “o PT chegava ao governo federal em 2003 com uma proposta transformada e assegurada pela aliança com setores do capital nacional e pelo compromisso da mudança sem ruptura, fruto de uma ampla negociação nacional”.

Tais mudanças programáticas provocaram cisões internas no PT, redundando na saída de membros históricos do partido e de tendências organizadas desde a fundação, levando a criação de partidos como o PSTU e o PSOL.

Essas estratégias de atuação foram fundamentais para o PT se estabilizar como a principal força de esquerda no espectro político ideológico do sistema partidário brasileiro. Um dos efeitos dessa definição do espaço da esquerda pelo PT foi levar os principais partidos de direita e de centro também se organizarem para continuar disputando o apoio do eleitorado. Ao se manterem ocupando espaços distintos no espectro político ideológico, especialmente durante todo processo de redemocratização, esses partidos, mas, mais especialmente o PT por todos os fatores elencados aqui, contribuíram para haver maior conhecimento político e intelegibilidade do eleitorado. Esse processo, por sua vez, redundou em grau consistente de aumento da estruturação das preferências eleitorais, o que explica, ao menos em parte, as maiores taxas de identidade ideológica que o PT vem apresentando desde a década de 90. Explica, ainda, a estabilidade dos padrões de competição em nível nacional que o sistema partidário começou a apresentar, cada vez com maior ênfase, a partir das eleições de 1994.

---

### **III. Mudança no padrão histórico da circulação das elites políticas no Brasil**

Em seu estudo sobre elites legislativas, Rodrigues (2006) demonstrou que houve uma importante alteração no quadro político brasileiro pois, em 2002, o PT e os partidos de esquerda aumentaram seu espaço na Câmara dos Deputados, ao mesmo tempo em que as bancadas dos partidos de direita diminuíram. Paralelamente, houve

forte queda do número de políticos empresários e de elites políticas provenientes do setor rural, e aumento da presença de deputados vindos das classes populares, como os sindicalistas.

Com a eleição de Luis Inácio Lula da Silva para a Presidência do Brasil, em 2002, é necessário demonstrar se houve significativa mudança no padrão histórico da circulação das elites políticas que ocuparam também o principal cargo executivo do país, o da Presidência da República<sup>5</sup>.

A tabela 1 a seguir elenca informações sobre os onze presidentes dos dois períodos da democracia brasileira (1945-1964 e 1985-2010), destacando a estruturação dessas elites dirigentes a partir de cinco critérios: a naturalidade, a escolaridade, a profissão, a filiação partidária em suas respectivas trajetórias políticas, e os principais cargos eletivos e executivos que precederam os processos eleitorais que os conduziram à Presidência da República.

---

<sup>5</sup> Ademais, convém destacar que diversos estudos vêm destacando a mudança de inserção de novas elites políticas nos mais variados cargos governamentais. Os ministérios, por exemplo, podem ser destacados como instituições nas quais a configuração das elites políticas partidárias e profissionais é extremamente importante. E, no período pós-redemocratização, todos os presidentes formaram ministérios onde preponderou a atuação de bacharéis em direito e de economistas, além de membros da base governista. No entanto, enquanto Sarney, Collor, Franco e Cardoso inseriram quadros partidários provenientes da tradição de centro e de direita (como o PMDB, o PSDB e o PFL), Lula construiu ministérios com presença maciça do PT – pois 65% das pastas ministeriais foram ocupadas por membros do partido (Pasquarelli, 2011).

**Tabela 1 – Elites presidenciais no Brasil (1945-1964; 1985-2010)**

Presidente	Naturalidade	Escolaridade	Profissão	Partido	Principais cargos eletivos e executivos anteriores
Eurico Gaspar Dutra (1945-1950)	Cuiabá (MT)	Formação Militar	Militar	PSD	Cargos executivos do exército; ministro de guerra do governo Getúlio Vargas (1936-1945)
Getúlio Vargas (1951-1954)	São Borja (RS)	Ensino Superior Completo	Bacharel em Direito	PRR, PSD, PTB	Deputado Estadual (1909-PRR); Deputado Federal (1923, PRR); Ministro da Fazenda no governo Washington Luís
Eurico Gaspar Dutra (1945-1950)	Cuiabá (MT)	Formação Militar	Militar	PSD	Cargos executivos do exército; ministro de guerra do governo Getúlio Vargas (1936-1945)
Getúlio Vargas (1951-1954)	São Borja (RS)	Ensino Superior Completo	Bacharel em Direito	PRR, PSD, PTB	Deputado Estadual (1909-PRR); Deputado Federal (1923, PRR); Ministro da Fazenda no governo Washington Luís
--	--	--	--	--	Presidente do Brasil (1930-1945); Senador (1946, PSD)
Juscelino Kubitschek (1956-1960)	Diamantina (MG)	Ensino Superior Completo	Médico	PP, PSD	Deputado Federal (1935, PP); Prefeito de Belo Horizonte (1940, PSD); Deputado Federal (1946, PSD) e Governador de Minas Gerais (1951, PSD)
Jânio Quadros (1961)	Campo Grande (MS)	Ensino Superior Completo	Bacharel em Direito	PDC, PSB, PTB	Prefeito de São Paulo (1953, PDC); Governador de São Paulo (1955, PSB); Deputado Federal (1958, PTB)

João Goulart (1961-1964)	São Borja (RS)	Ensino Superior Completo	Bacharel em Direito	PTB	Deputado Federal (1951); Ministro do Trabalho do governo de Getúlio Vargas (1953-1954)
Tancredo Neves <sup>6</sup>	São João Del Rei (MG)	Ensino Superior Completo	Bacharel em Direito	PSD, MDB, PP, PMDB	Deputado Federal (1951, PSD; 1963-1979, MDB); Senador (1978, MDB e PP); Governador de Minas Gerais (1983, PMDB); Ministro da Justiça do governo Getúlio Vargas (1953)
José Sarney (1985-1989)	Pinheiro (MA)	Ensino Superior Completo	Bacharel em Direito	PSD, UDN, ARENA, PDS	Governador do Maranhão (1966, ARENA); Senador (1979, PDS); presidente da ARENA e do PDS
Fernando Collor de Melo (1990-1992)	Rio de Janeiro (RJ)	Ensino Superior Completo	Economista	PDS, PMDB, PRN	Prefeito de Maceió (1980, PDS); Deputado Federal (1983, PDS); governador de Alagoas (1987, PMDB)
Itamar Franco (1992-1994)	Juiz de Fora (MG)	Ensino Superior Completo	Engenheiro	MDB, PMDB, PL, PRN	Prefeito de Juiz de Fora (1967, MDB); Senador (1974, MDB); Senador (1982, PMDB)
Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)	Rio de Janeiro (RJ)	Ensino Superior Completo; Doutor em Sociologia	Sociólogo; professor universitário	MDB, PMDB, PSDB	Senador (1986, PMDB); Ministro das Relações Exteriores (1992-1993) e Ministro da Fazenda (1993-1994)
Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010)	Garanhuns (PE)	Ensino Fundamental Completo	Metafísico	PT	Deputado Federal (1986, PT)

<sup>6</sup> Apesar de não ser empossado devido a problemas de saúde e ao posterior falecimento, o artigo incluiu Tancredo Neves no rol de

Em primeiro lugar, em relação à naturalidade, sete (63,6%) dos onze presidentes brasileiros nasceram no eixo Sul-Sudeste. Apenas Dutra (Cuiabá-MT), Quadros (Campo Grande-MS), Sarney (Pinheiro-MA) e Lula da Silva (Garanhuns-PE) não nasceram em estados nos quais as elites tradicionalmente obtêm maior prestígio político, como São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

Em segundo lugar, uma das mudanças mais drásticas ocorreu na escolaridade dos eleitos. Nove presidentes (81,8%) completaram o ensino superior e, à exceção de Dutra (que seguiu carreira militar), apenas Lula tornou-se presidente tendo cursado somente o ensino fundamental.

Em terceiro lugar, é necessário destacar que a questão da relação entre elites políticas e profissões assumiu diferentes perspectivas. Isso porque no início do século XX, as elites políticas brasileiras eram provenientes, em sua maioria, do direito. E ao analisar o período anterior ao regime militar, é impossível entender a política, a economia e a cultura sem notar o papel dos políticos-bacharéis. Isso porque a educação baseada no direito servia para atar os vários segmentos da elite dominante e fornecia uma linguagem e uma autoridade que legitimou o controle sobre o Estado, reproduzindo as hierarquias nacionais e profissionais (Dezalay e Garth, 2002). E, como observado na tabela, no período de 1945 a 1964, dos cinco ex-presidentes, três (60%) eram bacharéis em direito, evidenciando a preponderância dessas elites no principal campo político do país. No entanto, o prestígio do direito declinou quando os políticos-bacharéis pareceram cada vez mais fora das competências necessárias para promover o progresso econômico. Isso porque, a partir da década de 1960, houve o deslocamento de Estados desenvolvimentistas para Estados

---

ex-presidentes brasileiros, pois a Lei nº 7.465 de 21.04.1986, no artigo 1º, determina que "o cidadão Tancredo de Almeida Neves, eleito e não empossado, por motivo de seu falecimento, figurará na galeria dos que foram ungidos pela Nação brasileira para a Suprema Magistratura, para todos os efeitos legais".

neoliberais, ocasionando a resignificação e o surgimento de novas elites, baseadas em critérios técnicos – como os economistas e os intelectuais – que utilizavam o capital estrangeiro para construir seu poder dentro do país (Dezalay e Garth, 2002). E, desde 1985, apenas Tancredo Neves e José Sarney utilizaram o capital profissional oriundo do direito. A tecnização das elites pode ser observada tanto em Collor (economista), quanto em Franco (engenheiro) e em Cardoso (sociólogo e professor universitário). Porém, partindo do princípio que existem diversos mecanismos e modalidades de reconversão de recursos sociais utilizados para o candidato se legitimar visando a eficácia eleitoral (Coradini, 2001), Lula da Silva, um ex-metalúrgico, se elegeu e tornou-se o único presidente sem formação proveniente do direito ou de outros ramos universitários, pois utilizou recursos sociais (como sua participação no sindicalismo urbano, por exemplo) em combinação com outras esferas de atuação e de formação de liderança.

Em quarto lugar, outra mudança significativa ocorreu na questão partidária. Dos onze presidentes, sete (63,3%) pertenceram a mais de três partidos antes de serem eleitos para tal cargo. Somente Kubitschek teve sua vida política relacionada a dois partidos. E, assim como Dutra e Goulart, Lula da Silva apenas vinculou-se a um partido. Novamente, pode-se notar uma clara diferença em relação aos períodos anteriores, pois grande parte dos presidentes procurou se inserir no jogo político e maximizar seus votos através de trocas partidárias.

Por fim, em quinto lugar, à exceção de Lula da Silva, todos os chefes do Executivo dos dois períodos analisados ocuparam cargos de destaque na política nacional, seja em cargos legislativos ou em ministérios de outros governos. Cargos relevantes do cenário político – como o Senado Federal, os Governos Estaduais e os Ministérios – contribuíram, dessa maneira, para a eleição dos presidentes, de modo que o capital político adquirido se mostrou extremamente importante para a eficácia eleitoral posterior. Com Lula, novamente houve uma significativa mudança: o único cargo legislativo por ele ocupado foi

o de Deputado Federal pelo estado de São Paulo, em 1986, quase vinte anos antes de o petista tornar-se Presidente da República.

Portanto, em todas as variáveis analisadas houve mudança de inserção de elites. Seja no âmbito profissional, partidário ou político, Lula da Silva foi o único presidente eleito a partir de uma gama de critérios que se mostraram, em muitos aspectos, substancialmente diferentes dos observados tanto no primeiro período de democracia competitiva (1945-64), durante o regime militar (1964-1985), quanto no atual ciclo democrático, o que demonstra que houve uma ruptura com o padrão histórico de circulação das elites dirigentes brasileiras. Essa ruptura é um dos significados mais relevantes da vitória de Lula da Silva tanto nas eleições de 2002 quanto em sua reeleição em 2006, quando mais de 58 milhões de brasileiros legitimaram nas urnas a continuidade do governo petista.

---

#### **IV. Considerações Finais**

O objetivo deste artigo foi discutir quais os significados da chegada do PT com Lula da Silva à Presidência da República no que diz respeito a duas dimensões analíticas: à estruturação do sistema partidário contemporâneo e ao padrão histórico de circulação das elites políticas no Brasil.

Vimos que na primeira dimensão as marcas de origem relacionadas à sua proposta programática de esquerda, aos seus vínculos com os movimentos sociais, à sua estrutura organizacional mais inclusiva e a seus posicionamentos unilaterais em momentos cruciais do processo de redemocratização do país conduziram o PT a tornar-se um dos atores relevantes na arena política nacional e, o grupo de Lula da Silva, a articulação dos 113 (depois campo majoritário), a tendência hegemônica internamente. Nesse sentido, a estratégia voltada para a conquista da Presidência da República foi fundamental para o PT ter capilaridade eleitoral em todo território brasileiro, o que também contribuiu para estabilizar os padrões da competição nacional,

conformando um sistema bipartidário no âmbito da disputa presidencial.

A chegada do PT à Presidência da República no pleito de 2002, com Lula da Silva, portanto, significou o climax de todo esse processo de construção e institucionalização de um partido conduzido internamente por determinados grupos mais próximos dos ideais democráticos representativos. De acordo com Meneguello (2007:377) em 2002, “a vitória do PT pôs fim a um ciclo de 22 anos da esquerda na busca pelo poder em nível nacional, que desde o início do período democrático foi habitado pelas forças partidárias da coalizão conservadora que fundou a Nova República a Nova República (PMDB, PSDB, PFL)” (...). Contudo, Meneguello (idem) enfatiza outro significado crucial da chegada do PT na Presidência. Segundo a autora, (...) “a reeleição de Lula em 2006 marcou a alteração no mapa eleitoral do voto nacional, invertendo tendências regionais e o peso exercido pela clivagem urbano-rural”. Enfatiza nesse sentido que, no período de 1982 a 2002, ocorreu uma das mais relevantes mudanças na cultura política brasileira que foi “a aceitação da esfera política e dos cargos públicos como espaços inclusivos dos setores populares, superando preconceitos consagrados, como a associação entre escolaridade e competência política” (Meneguello, 2007:381).

Finalmente vimos que, no que diz respeito à segunda dimensão aqui analisada, com a eleição do ex-metalúrgico Lula da Silva à Presidência, em 2002, ocorreu uma das mais importantes rupturas no padrão de circulação das elites dirigentes na história política brasileira.

### **Bibliografia**

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. *O Processo Partidário-Eleitoral Brasileiro: Padrões de competição política (1982-2002)*. São Paulo: FAPESP/Humanitas. 2006.

- CORADINI, Odaci Luiz. *Em Nome de Quem: Recursos Sociais no Recrutamento de Elites Políticas*. Rio de Janeiro: Relume-dumará. 2001.
- DEZALAY, Yves e GARTH, Bryant. *The Internationalization of Palace of Wars: Lawyers, Economists, and the Contest to Transform Latin American State*. Chicago: The Chicago Series in Law and Society. 2002.
- KECK, Margaret. *PT – A Lógica da Diferença: O Partido dos Trabalhadores na Construção da Democracia no Brasil*. São Paulo, Ed. Ática. 1991.
- MENEGUELLO, Rachel. *PT – A Formação de um Partido, 1979-1982*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra. 1989.
- \_\_\_\_\_. “Tendências Eleitorais ao fim de 21 anos de Democracia.” In *A Democracia Brasileira. Balanço e perspectivas para o século 21*, ed. C. R. Melo y M. A. Sáez. Belo Giruzibte: Editora UFMG. 2007.
- \_\_\_\_\_. & Amaral, Oswaldo. Ainda novidade: uma revisão das transformações do PT no Brasil. *Brasilien Studies Programme, University of Oxford, Occasional Paper, 02/08*. 2008.
- NICOLAU, Jairo. *Multipartidarismo e Democracia*. Rio de Janeiro, FGV. 1996.
- PASQUARELLI, Bruno. *Formação de Coalizões, Apoio Legislativo e Atuação Partidária no Presidencialismo Brasileiro*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos: São Carlos. 2011.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Mudanças na Classe Política Brasileira*. São Paulo: Publifolha. 2006.